

REESTRUTURAÇÃO DO CAMPO E O FETICHISMO DA “REVOLUÇÃO VERDE”

Henrique Tahan Novaes¹

Resumo

Este artigo debate a reestruturação do campo e o fetichismo da “revolução verde”. Desde os anos 1960 está havendo uma ofensiva do capital no campo denominada pelos seus ideólogos de “revolução verde”. O mesmo fenômeno foi denominado por nós por “economia política do golpe verde”. A “economia política do golpe verde” configura-se a) pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); b) pela reestruturação produtiva do campo, que levou a concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais; c) pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; d) por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicas); e) na ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados às corporações agroindustriais.

Palavras-chave

Reestruturação do campo, revolução verde, biotecnologias

Abstract

This article discussed the rural restructuring and the fetishism of the “green revolution”. The “political economy of the green coup” is a) by the new cycle of primitive accumulation (robbery and squatting of lands, assassination of leaderships, theft of indigenous knowledge); b) the rural restructuring, which led to the concentration or domination of land by transnational corporations; c) mergers and acquisitions in the field of seeds and agrochemicals, with almost complete control of the production and distribution of seeds and agrochemicals by some large corporations; d) a biotechnological “revolution” (new pesticides and transgenic seeds); e) the dependency of small producers, increasingly “moored” to banks and tied to agroindustrial corporations.

Keywords

Rural Restructuring, green revolution, biotechnologies

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO - Nº 9
DEZEMBRO DE 2017

A reestruturação do campo e a “revolução verde”

Desde os anos 1960 está havendo uma ofensiva do capital no campo denominada pelos seus ideólogos de “revolução verde”. O mesmo fenômeno é denominado por Novaes (2012) de “economia política do golpe verde”. A economia política do golpe verde configura-se a) pelo novo ciclo de acumulação primitiva (roubo e grilagem de terras, assassinato de lideranças, roubo do conhecimento indígena); b) pela concentração ou domínio da terra por corporações transnacionais²; c) pelas fusões e aquisições no ramo das sementes e agrotóxicos, com domínio quase que completo da produção e distribuição das sementes e agrotóxicos por algumas grandes corporações dos países do Norte; d) por uma “revolução” biotecnológica (novos agrotóxicos e sementes transgênicas)³; e) na ausência de autonomia dos pequenos produtores, cada vez mais trabalhando para bancos e atrelados às corporações agroindustriais.

Segundo Costa Neto (1999), nos últimos 40 anos houve uma drástica reestruturação dos setores de produção de insumos e de transformação industrial, das instituições e mecanismos de financiamento e crédito, dos circuitos da comercialização e da estrutura de mercados. As instituições de ensino, pesquisa e assistência técnica foram progressivamente adequadas a esse modelo, com vistas à formação de agrônomos, pesquisadores, especialistas, extensionistas e outros profissionais dentro da filosofia da “revolução verde”.

Numa perspectiva histórica, Pinheiro Machado (2009, p. 1) observa que:

[...] desde Liebig, 1848, a indústria capitalista viu na agricultura uma excelente fonte de reprodução do capital e, a partir daí, as escolas de agronomia, de todo o mundo, não fazem outra coisa que ensinar os estudantes a aplicar fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e usar máquinas pesadas.

Gonçalves (2008, p. 20) define a revolução verde como um:

[...] pacote tecnológico que resultou na industrialização da agricultura brasileira e, conseqüentemente, no aumento da produção agropecuária, no aumento da exploração da mais-valia social e concentração do capital em suas várias frações, sobretudo a comercial, a agroindustrial, a industrial, a financeira e o fundiário. A organização e a difusão da ‘Revolução Verde’ foi amplamente ‘regada’ por significativas somas de recursos provenientes de fundos públicos, privados e de agências multilaterais de desenvolvimento, cuja implementação ‘arrebentou’ e continua a ‘arrebentar’ com as lógicas econômicas e organizativas ditas ‘tradicionais’, entre as quais as comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, faxinalenses, etc. Assim, elementos como a motomecanização agrícola

2 A economia política do agronegócio alterou significativamente o mercado de terras e a paisagem do Brasil, por meio de compra ou arrendamento de terras por corporações estrangeiras financeirizadas (OLIVEIRA, 2010).

3 Ver, por exemplo, o caso da semente transgênica de soja da Monsanto “Intacta RR2PRO”, que já domina mais de 70% do mercado nacional. De acordo com o site da Monsanto e sua propaganda envolvente: “Após mais de 10 anos de pesquisa, sua lavoura ganhou um grande aliado. INTACTA RR2 PRO® é a primeira biotecnologia para soja especialmente desenvolvida para o mercado brasileiro, que antes de ser lançada comercialmente no Brasil foi aprovada nos principais países consumidores de soja do mundo, para garantir além da melhor produção, a exportação da soja colhida”.

(tratores, colheitadeiras, máquinas de beneficiamento, arados, grades, motos-bombas de irrigação, pulverizadores, aviões agrícolas), insumos petroquímicos (adubos, inseticidas, herbicidas, maturadores, antibióticos, micro-nutrientes, plásticos de uso agrícola em irrigação e proteção de lavouras), plantas e sementes 'melhoradas' (híbridas, reengenheradas e transgênicas), bem como empresas agroindustriais, tornaram-se elementos estruturais em um espaço agrário em mutação. [...] Ademais, [...] subjugou o trabalho dos produtores rurais aos ditames das empresas agrocomerciais, cada vez mais organizadas e participantes de um comércio agrícola mundial oligopolizado e dominado pelas 'tradings companies' (Gonçalves, 2008, p.20).

A lógica do produtivismo, ou seja, o máximo lucro no menor tempo possível, sempre presente na história do capitalismo, exacerbou-se nos últimos 40 anos. Guiadas pelo tripé semente transgênica, agrotóxicos/fertilizantes sintéticos e máquinas pesadas, as corporações agroindustriais consolidaram uma estrutura de poder e dominação no meio rural.

Shiva (2001) denomina esta nova fase de mercantilização do capitalismo pelos termos de *novo colonialismo*, *biopirataria* e *biocolonialismo*. Para a autora, enquanto a biodiversidade e os sistemas de conhecimento indígenas satisfazem as necessidades de milhões de pessoas, novos sistemas de patentes e direitos de propriedade intelectual ameaçam apropriar-se dos recursos e processos de conhecimento vitais para os países periféricos, e convertê-los em monopólio vantajoso para as empresas do Norte. As patentes estão, por isso, no centro do *novo colonialismo*. Além disso, o aumento da produtividade das agroindústrias deu origem a doenças, como, por exemplo, a vaca louca, a gripe aviária, a gripe suína, dentre outras.

É verdade que a ofensiva da "revolução" verde ainda não perdeu a sua hegemonia, mas também é verdade que seu avanço não se deu sem resistência. Na Argentina, no final de 2013, surgiu uma luta na pequena cidade Malvinas, na província de Córdoba. A Companhia Monsanto - indústria multinacional americana de agricultura e biotecnologia e líder mundial em produção de sementes geneticamente modificadas - pretende instalar em Malvinas uma das maiores plantas de produção de sementes transgênicas do mundo. Movimentos sociais, ONGs e grupos ambientalistas estão tentando barrar a construção dessa planta.

São muitas as consequências da economia política do golpe verde: concentração da terra; aumento do desemprego no campo; degradação dos solos; comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos híbridos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética dos cultivares⁴, plantas e animais; contaminação da água e dos alimentos consumidos pela população; aumento das alergias, mortes ou invalidez⁵; e aumen-

4 Ver, por exemplo, o caso do gene *terminator*, um gene que faz com que a semente colhida pelo agricultor *se suicide* quando se tenta semeá-la novamente.

5 Ver, por exemplo, o caso Sevin. A produção de Sevin (pesticida) no Bhopal, Índia, deu origem ao desastre causado pelo escapamento de gás que provocou a morte de milhares de pessoas e a incapacidade de mais de 400 mil. Além disso, o avanço das sementes híbridas já levou inúmeros produtores indianos ao suicídio.

to da mercantilização e proletarização do campo, além do endividamento dos pequenos produtores e fechamento de escolas do campo, dentre outras.

Bayer, Basf, Syngenta, Monsanto, Dow são algumas das grandes corporações que controlam o mercado de sementes transgênicas e de agrotóxicos no Brasil. De acordo com Folgado (2013, p. 1), desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. “As quantidades jogadas nas lavouras equivalem a cerca de 5,2 litros de veneno por habitante ao ano e, no entanto, o Brasil representa apenas 5% da área agrícola entre os 20 maiores países produtores agrícolas do mundo”. Isso significa que a produtividade do país não justifica a posição de liderança no ranking de uso de venenos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) o uso inadequado ou excessivo desse tipo de insumo pode trazer graves danos à saúde humana e ao meio ambiente.

A especificidade do caso latino-americano está no fato de que reestruturação do foi implementada num processo de contrarrevolução iniciado pelas ditaduras militares, que recompuseram o poder das classes dominantes, em especial o das forças latifundiárias do passado, em associação com o capital estrangeiro e parcelas dos militares e industriais nacionais (Sampaio Jr, 2013; Novaes, 2012). Em outras palavras, os grandes proprietários de terras comandaram, junto com militares, parcelas da burguesia industrial, classes médias, Igreja Católica e a Agência Central de Inteligência (CIA-EUA), golpes que frearam o avanço das lutas dos trabalhadores na região.

Em termos mais gerais, nos anos de 1970 apareceram os primeiros sintomas da crise de acumulação de capital. Como resposta a essa crise, o capital promoveu uma ofensiva que poderia ser assim sintetizada: a) pressão para a livre circulação do capital financeiro; b) reestruturação produtiva do campo e da cidade; c) inovações tecnológicas que intensificaram a produção e a diversificação das mercadorias; d) expansão em direção a setores e campos ainda não sujeitos à plena mercantilização, como a saúde e a educação, com uma onda de privatizações, que elevou o ciclo da mercantilização a um novo patamar; e) implementação de processos de mudança de localização e terceirização das empresas que praticamente desmontaram o poder dos sindicatos combativos da era do capitalismo taylorista-fordista; f) roubo de terras de pequenos produtores, índios, quilombolas, etc.

Entretanto, a dinâmica do capitalismo a partir dos anos 1970 passa a ser a superprodução destrutiva, atrelada a expansão máxima e ao lucro correspondente, e que engendrou sua autorreprodução alienante de forma ampliada (Mészáros, 2004). Ou seja, ocorrem alterações profundas, tanto no plano objetivo (econômico) da produção, bem como na reprodução das relações de classe, no plano subjetividade⁶. Nesse sentido, podemos verificar que a partir do avanço destrutivo do capital, suas facetas “civilizatórias”, tão propaladas pelos

6 Para Mészáros: “O capitalismo, enquanto modo de reprodução social, é caracterizado pela contradição inconciliável entre a produção para o uso (correspondente à necessidade) e a produção para a troca, que em certo estágio do desenvolvimento se torna um fim em si mesma, subordinando todas as considerações do uso humano a sua lógica completamente perversa de auto-reprodução alienante.” (Mészáros, 2004, p. 297)

liberais, se esgotaram. No que tange aos movimentos sociais e as transformações no plano político, há uma crise das tradicionais expressões e representações de classe, que culminaram no surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, que tem como objetivo, não mais à crítica da lógica destrutiva do capital e a articulação de suas bandeiras específicas à luta de classes, e sim, a demanda pela ampliação no estatuto da “cidadania”.

Segundo José Paulo Netto (2008), as bandeiras dos “novos movimentos sociais” se restringem à luta pela inserção no Estado burguês, e não pela sua superação, enquanto instrumento de opressão de classe. Para ele:

As corporações imperialistas implementam a erosão das regulações estatais. Com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a sociedade “sociedade civil”, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”. (Netto, 2008 p. 17)

Principalmente a partir dos anos de 1980, com o avanço destrutivo do capital e, conseqüentemente, a mercantilização de todas as esferas da vida, começaram a surgir diversos conflitos na América Latina em torno da terra, água, sementes, energia elétrica, petróleo, gás, educação, trabalho, dentre outros. No Sul do Brasil, por exemplo, a destruição dos viveiros da Aracruz (eucalipto) e as lutas da Via Campesina contra a *Syngenta Seeds* (multinacional suíça), podem ser interpretadas como táticas de enfrentamento dos movimentos sociais na nova ofensiva do capital. Essas lutas ocorreram principalmente em reação a destruição das sementes crioulas, ao papel que a ciência e a tecnologia desempenham no sociometabolismo do capital e em função do controle que as multinacionais exercem em todas as dimensões da vida dos trabalhadores. Em função de suas contradições, a economia política da reestruturação do campo que o industrializa e eleva a acumulação de capital há um novo patamar, faz surgir vários movimentos sociais que tentam apontar formas e percorrer caminhos antagônicos aos apresentados pelo agronegócio.

Corporações monstro e o fetichismo da “revolução verde”

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos (István Mészáros, O poder da ideologia)

Ao que tudo indica, a fusão da Bayer com a Monsanto irá se concretizar em 2018, dando origem a uma super “corporação-monstro”.

Segundo outro relatório da ONU, 5 bilionários detém a riqueza equivalente a metade da população mundial e cerca de 1 bilhão de pessoas passam fome diariamente (Ziegler, 2013). Ao que tudo indica, não há nenhuma perspectiva de melhoria, ao contrário, os estudos da área apontam para o aumento da pobreza, a concentração da renda e a intensificação de catástrofes em níveis jamais vistos⁷.

As “corporações-monstro” estão cada vez mais livres para avançar na mercantilização da vida, no domínio de territórios e na livre circulação das suas ações nas bolsas de valores. Nos relatórios da ONU se fala em “administração da pobreza” e não mais “superação da pobreza” ou em “estratégias de desenvolvimento”. Com o avanço das políticas neoliberais baseadas na privatização direta e indireta de serviços públicos, isto é, o Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital financeiro, a barbárie só ganhará mais combustível: teremos o surgimento de mais e mais favelas, o aumento das taxas de desemprego e subemprego, destruição da vida dos servidores públicos, guerras de baixa intensidade, ressurgimento do fascismo, dentre outros⁸.

No Brasil, tivemos um golpe parlamentar, mais complexo e difícil de ser compreendido que os golpes anteriores. Em 2 anos queimamos mais de 2 milhões de empregos, inundando as taxas de desemprego, que hoje somam cerca de 14 milhões de desempregados, de acordo com as estatísticas oficiais⁹. No meio rural, voltam a aparecer acampamentos à beira das estradas e na cidade as lutas dos sem-teto crescem a cada dia. Estas são manifestações de um povo que realiza lutas seculares para ter direito a terra, ao trabalho, à educação, à saúde e à vida.

Este artigo pretende refletir sobre a) o papel das corporações transnacionais, especialmente aquelas que fazem parte do chamado agronegócio, b) as lutas pela construção da agroecologia, especialmente impulsionadas pelo MST e c) o papel das escolas de agroecologia do MST na transição agroecológica.

Em outros textos já nos pronunciamos sobre a ofensiva das corporações transnacionais desde os anos 1960¹⁰. Vimos que Jean Ziegler (2013) – no livro “Destruição em massa - geopolítica da fome” – chama as corporações capitalistas de “Tubarões-Tigre”. Trata-se de um nome bastante sugestivo para representar a ofensiva das corporações em todas as esferas da nossa vida. Como vimos, Mézáros (2004) as denomina de “corporações-monstro”. Outros preferem denominá-las de “Polvos”, cheios de tentáculos agarrando territórios e pessoas. Atuando como verdadeiros Estados Nacionais, sendo muitas delas mais fortes que muitos países, as corporações transnacionais jogam seus tentáculos ou seus dentes vorazes e afiados em tudo e em todos.

7 Ver também Lima Filho e Sampaio Jr. (2013).

8 Ver Ziegler (2013), Mike Davis (2007), Netto (2008) e Lima Filho, Novaes e Macedo (2017).

9 Evidentemente que estas estatísticas estatais tendem a subestimar o avanço do desemprego e subemprego. Sobre isso, ver Mézáros (2011).

10 Ver Novaes (2017), Novaes e outros (2015).

Na virada do século XIX para o século XX, como nos mostrou Lenin (2003) em “Imperialismo – fase superior do capitalismo” – há o surgimento das grandes corporações capitalistas. Já não estamos mais diante do capitalismo concorrencial registrado por Karl Marx em “O Capital”, quando este descreveu e analisou o capitalismo da primeira revolução industrial.

No século XX as gigantes corporações capitalistas monopolistas e oligopolistas lançaram novos produtos no mercado, novas formas de gerir a força de trabalho, criaram novas tecnologias, promoveram guerras, derrubaram governos, assassinaram lideranças de movimentos sociais, roubaram terras, provocaram inúmeros desastres socioambientais, dentre outros.

No filme “A corporação” (The Corporation) é possível ver a ascensão das corporações e seus tentáculos em todas as dimensões da vida. Juridicamente são impessoais, mas têm por trás bilionários, fundos de pensão, gestores que buscam a incessante autovalorização do capital.

A partir dos anos 1960, dentro do projeto de expansão rumo à América Latina, à China, e de destruição do Estado de Bem Estar Social na Europa, há uma nova investida das corporações capitalistas. Através do desenvolvimento tecnológico que gerou novos produtos e novos processos de trabalho, com pesquisas científicas para manipular a mente humana para o consumo, e aumentar o engajamento dos trabalhadores no chão de fábrica, os “tubarões tigre” passam a ter um verdadeiro sistema de controle social, uma espécie de “Big Brother Corporativo” em paralelo aos sistemas de informação dos Estados Nacionais.

Nos dias de hoje, o controle realizado pelas corporações capitalistas em nossas vidas é estarrecedor. Elas controlam tudo que fazemos no trabalho, nosso e-mail, descobrem hábitos de consumo com sites espíões, usam drones para matar e fazer entregas. No *Facebook* acompanham a sua “imagem” e atuam rapidamente se algum problema vier a acontecer¹¹.

Quando estivemos em algumas obras do “Plano de Aceleração do Crescimento – PAC” e nelas é possível perceber o enorme poder das grandes corporações no campo da produção e da vida social em geral. Visitamos as Usinas de Santo Antônio e Jirau (Rondônia). As empreiteiras exploram trabalhadores, confinam os mesmos em alojamentos de péssima qualidade, roubam a vida de ribeirinhos, promovem deslocamentos em massa de trabalhadores para as obras. As obras trazem inúmeros impactos na fauna e na flora, surgem centros de prostituição, mulheres grávidas abandonadas, há o deslocamento de atingidos por barragens, dentre inúmeros aspectos que não poderemos desenvolver neste artigo. Como braços do capital, surgem nas regiões ONGs, Institutos e Fundações para abrandar os impactos das obras.¹²

11 Para mais textos sobre as corporações transnacionais, ver Petersen (2013), Sevá Filho (2013), Campos (2009), Bruno (1999), Bernardo (2002), Sebastião Pinheiro (2005), Fontes (2010), Ploeg (2008), Pinheiro Machado e Pinheiro Machado Filho (2014) e Panitch (2014).

12 Michel Torres (2017) nos mostra como o braço das corporações, isto é, Fundações, Institutos e ONGs a) produzem relatórios nada ingênuos de como “resolver” a questão social; b) realizam seminários, fóruns, encontros, para construir e delinear a estratégia de intervenção social, c) formulam políticas de privatização da assistência social, de concessões, de criação de escolas charter, parcerias público-privadas, etc.; d) formulam estratégias para aumento do desempenho dos servidores públicos; f) formam ou reúnem mensalmente os gestores, secretários, supervisores

Em nome do “progresso” da região, de fazer “nascer uma nova Amazônia”, do “emprego para o desenvolvimento da região e do país”, “de atração de indústrias” os tubarões-tigre tem como objetivo a “auto-valorização do capital” – cada vez mais financeirizado¹³. Com a mão direita ganham lucros exorbitantes e roubam o território, com a mão esquerda – “devolvendo” um bilionésimo do que roubam da região, geram “empregos locais”, aquecem a economia, levantam hospitais, creches, escolas, dentro do discurso da “responsabilidade social empresarial”.

Da mesma forma, muitas corporações capitalistas de altíssimo calibre das indústrias de agrotóxicos, transgênicos, tratores e implementos agrícolas e na comercialização de commodities, produzem inúmeros danos para a classe trabalhadora, como roubo de terras, envenenamento dos produtores e consumidores, aumento das alergias, endividamento de pequenos e médios produtores, etc. No site de uma dessas corporações aparece que ela é produtora de “defensivos agrícolas” e que contribui para “matar a fome da humanidade”.

Em Minas Gerais, a Vale, coproprietária da Samarco, gerou uma verdadeira irresponsabilidade social empresarial em 2015¹⁴. Ainda em 2015, as corporações promoveram outra “irresponsabilidade” no Brasil, jogando 2 milhões de trabalhadores/as no desemprego.

Segundo Bhagavan (1987), que faz uma análise da chamada “revolução verde” e seu fetichismo:

A irrigação, os fertilizantes, os pesticidas, a mecanização agrícola e as instalações para o bom armazenamento dos grãos são os ingredientes tecnológicos essenciais na estratégia da alta-variedade-de-produção (high-yieldind-variety, HYV) da revolução verde. Os ingredientes econômicos essenciais são a disponibilidade de crédito e bons preços de insumos para os fazendeiros. A disponibilidade desigual desses ingredientes tecnológicos e econômicos produziu um grande aumento nas disparidades existentes entre os estados e entre as diferentes classes de fazendeiros nos estados. Os estados com boa irrigação, em que os fazendeiros de nível médio constituem a maioria dos agricultores... mostraram índices de crescimento anual na produção de cereais... A maior parte da revolução verde ocorreu nesses três estados. Os estados com pouca irrigação, com pequenos e marginais camponeses e trabalhadores sem terra compoem a maioria rural... registraram índices muito baixos de crescimento da produção de cereais... Falando de modo geral, não mais de meia dúzia dos 22 estados da Índia (excluindo-se os nove territórios federados) têm se beneficiado da estratégia da HYV, e neles os benefícios atingiram principalmente os médios e grandes

dos sistemas de ensino e gestores da assistência social para pensar estratégias educacionais, de “desenvolvimento solidário” e “desenvolvimento local”.

13 Para saber mais sobre a financeirização da economia, ver Delgado (1984), Villaça (1986), Coutrot (2005), Godoi (2006), Fattoreli (2007), Campos (2009), Brunhoff (2009), Chesnais (2010 e 2011), Lapyda (2011), Fix (2011), Arantes (2012) e Galzerano (2016).

14 Lira Itabirana: “O Rio? É doce. A Vale? Amarga. Ai, antes fosse. Mais leve a carga. Entre estatais. E multinacionais, Quantos ais! A dívida interna. A dívida externa. A dívida eterna. Quantas toneladas exportamos. De ferro? Quantas lágrimas disfarçamos. Sem berro?” Carlos Drummond de Andrade.

fazendeiros (Bhagavan, 1987, p. 63-64 apud Mészáros, 2004, p.140)¹⁵.

As consequências da “revolução verde” foram narradas por pesquisadores, documentaristas, cientistas, intelectuais orgânicos de movimentos sociais, dentre outros¹⁶. Ziegler (2013), no livro “Destruição em massa – a nova geopolítica da fome” se pronuncia sobre a “revolução verde” e nos mostra o irracionalismo da produção de commodities, isto é, a produção voltada para acumulação de capital e todas as consequências que o modo de produção capitalista traz para a humanidade¹⁷.

Rogério Macedo (2015), dialogando com Ziegler, observa que está havendo a “destruição da força de trabalho” e isso tem nome: catástrofe humanitária. Para ele:

O fenômeno possui duas dimensões: uma sistêmica e uma específica. A primeira diz respeito à conversão de todo o sistema do capital em máquina de destruição em massa, pela subtração das condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora global, processo regido pela clássica lei absoluta geral da acumulação capitalista. A essa dimensão, denomina-se complexo sistêmico destrutivo dos trabalhadores: em tudo agravado pela presença determinante da crise estrutural. A segunda dimensão consiste em parcela pontual do supracitado complexo (igualmente regida pela lei geral da acumulação) que é a responsável imediata pelo bloqueio das positivities envolvidas com o crescimento da produção e comercialização de alimentos. A ela, dar-se-á a denominação complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares. Portanto, são duas dimensões mutuamente determinadas, uma contida dentro da outra: todas profundamente destrutivas, determinadas pela crise estrutural, levada a tal pela mundialização do capital.

Esquemáticamente, pode-se dizer: a destruição em massa da força de trabalho é a consequência; o referido complexo da fome e da degradação dos hábitos alimentares é parcela do sistema do capital; seus mecanismos são as epidemias da fome e a degradação dos hábitos alimentares. (Macedo, 2015, p. 311-312)¹⁸.

Não bastasse a produção “tradicional” de mercadorias, agora as corporações transnacionais do agronegócio têm um setor “verde”, que poderíamos chamar de “mercadorias verdes”. As corporações capitalistas perceberam este novo mercado e se adequaram as bandeiras “ambientalmente sustentáveis”.

15 Para um resgate da crítica de Mészáros a produção destrutiva, ver Mészáros (2002), Mazalla Neto (2014), Rego (2016) e Novaes (2010). Para os limites do “desenvolvimento sustentável”, ver Foladori (2001) e Foster (2005).

16 Para a contribuição marxista a questão socioambiental, ver Duarte (1986), Foster (2005), Frederico (2007), Lowy (2003), Kovel e Lowy (2003), Altwater (2007), Sevá Filho (2013) e Sevilla Guzmán (2013), Rego (2016). Para a contribuição marxista ao debate da agroecologia, ver Rego (2016), Guhur (2015), Novaes, Mazin e Santos (2015), Guzman e Molina (2011) e Rego (2016). Para as contribuições da esquerda ao debate da agroecologia e da questão ambiental, ver Sachs (1986), Primavesi (1986), Petersen (2013) e Ploeg (2008) e Marques (2015).

17 Ziegler é suíço e foi secretário da ONU. Seu livro vem sendo muito utilizado por todos aqueles interessados em compreender o papel das corporações na fase atual do capitalismo e para a compreensão do aumento da fome mundial. Para os limites e a potencialidade da teoria de Ziegler, ver o prefácio do livro feito por José Paulo Netto (2013).

18 Ver também o Lima Filho (2017).

Como tudo na sociedade se transforma em mercadoria, a agenda “verde” atraiu as classes médias e uma parcela da população, em alguma medida consciente dos riscos do pacote da revolução verde¹⁹.

Considerações finais

A Era da Barbárie está trazendo problemas mais complexos para a humanidade do que “A Era dos Extremos”. No Brasil, poderíamos destacar a nova fase da acumulação primitiva, que tem resultado na escalada dos assassinatos. Chico Mendes, trabalhadores do massacre de Corumbiara, Eldorado dos Carajás, Doroty Stang, dentre inúmeros outros que não poderemos citar nesse espaço são vítimas da Era da Barbárie. No mês de maio de 2017 vieram à tona os incidentes do Vale do Rio Doce (assassinato de uma liderança do MST), de Colniza, dos índios maranhenses e a chacina de 10 sem terra em Redenção no Pará.

Enquanto isso, as corporações transnacionais do agronegócio jogam os seus tentáculos em todas as dimensões da nossa vida e cinicamente intensificam a propaganda das soluções estritamente tecnológicas.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel. As bases científicas da agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORÓN, A. (org.) A teoria marxista hoje. São Paulo: Expressão Popular-Clacso, 2007.

ARANTES, Pedro. Arquitetura na era digital-financeira. São Paulo: Editora 34, 2012.

BRUNHOFF, Suzane. et al. Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial. Buenos Aires: Herramienta, 2009.

COUTROT, Thomas. Organização do trabalho e financeirização das empresas: a experiência europeia. Outubro, Campinas, n.12, 2005.

BENTHIEN, Patrícia Faraco. Transgenia agrícola e modernidade: um estudo sobre o processo de inserção comercial de sementes transgênicas nas sociedades brasileira e argentina a partir dos anos 1990. 272f. Tese de doutorado. Universidade de Campinas, 2010.

BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2002.

BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michel. Afinidades revolucionárias. São Paulo: UNESP, 2017.

BRUNO, Lucia. Estudos sobre poder político, ideologia, trabalho e educação. Livre Docência, USP, 2004.

CAMPOS, Fabio. A Arte da Conquista: Capital Internacional no Desenvol-

¹⁹ Para os limites da bandeira do “consumo responsável”, ver o livro organizado por Mazin, Novaes e Santos (2015). Cabe lembrar também que as teorias dominantes sobre a questão ambiental têm colocado a “culpa” da destruição ambiental nos indivíduos, sem colocar evidentemente o holofote no principal determinante da produção destrutiva: as corporações capitalistas.

vimento Capitalista Brasileiro (1951-1992). 300f. Tese de Doutorado, Campinas, Instituto de Economia, 2009.

CHESNAIS, François. (org.) Finança Mundializada. São Paulo: Boitempo, 2010.

CHESNAIS, François. As dívidas ilegítimas - quando os bancos se apoderaram das políticas públicas. 2011. http://www.ocomuneiro.com/nr13_03_francoischesnais.html.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2007.

DAGNINO, Renato. Neutralidade da Ciência e Determinismo Tecnológico. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010.

DEO, Anderson. Uma transição à *long term*: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil. In: Milton Pinheiro. (Org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, v. 1, p. 303-330.

DEO, Anderson. Autocracia burguesa e questão agrária no Brasil. In: PIRES, J. H. et. al (orgs.) Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 3.

DELGADO, Guilherme. Capital financeiro e agricultura no desenvolvimento recente da economia brasileira. Tese de doutorado. Instituto de Economia, UNICAMP, 1984.

DUARTE, Rodrigo. Marx e a natureza em O capital. Rio de Janeiro: Loyola, 1986.

FATTORELLI, Maria. O manejo da dívida pública. In: SICSU, J. (org.) (2007). Arrecadação: de onde vem? E gastos públicos: para onde vão? São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FERNANDES, Florestan. Nova República? São Paulo: Zahar, 1986.

FIX, Mariana. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Campinas, Tese de Doutorado, Instituto de Economia, 2011.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GALVÃO, Andreia. Marxismo e movimentos sociais. Revista Crítica Marxista, 2011, p. 107-126.

GODOI, Livia M. O capital ganha asas – reestruturação produtiva no setor aeroespacial – o caso da Embraer. Marília, Unesp, Dissertação de Mestrado, 2006.

FOSTER, John Belamy. 2005. A ecologia em Marx. Rio de Janeiro: 2005.

GONÇALVES, S. Campesinato, resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, Walter Porto et. al. In: Conflitos no campo 2015. Goiânia: CPT, 2016.

GUHUR, Dominique. Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em Agroecologia no MST: desafios da educação do campo na construção do projeto popular. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, 2010.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

GRUPO de mulheres do MST invade fábrica e destrói pesquisas genéticas. <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/grupo-de-mulheres-do-mst-invade-fabrica-e-destroi-pesquisas-geneticas.html>. Retirado em 10/03/2015.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

KOVEL, Joel.; LOWY, Michel. Manifesto ecossocialista internacional. Revista "Capitalism, Nature, Socialism - A Journal of Socialist Ecology", 2003.

LAPYDA, Ives. A "financeirização" no capitalismo contemporâneo – uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 2011.

LIMA, A. C.. Práticas educativas em agroecologia no MST/PR: processos formativos na luta pela emancipação humana. 2011. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

LIMA, A. GUHUR, D. TONÁ, N.; NOMA, A. Reflexões sobre a educação profissional em agroecologia no MST: desafios dos cursos técnicos do Paraná. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

LENIN, Vladimir. Imperialismo – fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA FILHO, Paulo A. Sobre as revoluções burguesas radicais. In: NOVAES, H. T.; DAL RI, N. (orgs.) Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando, 2017, volume 2.

LIMA FILHO, Paulo A.; NOVAES, Henrique T.; MACEDO, Rogério F. (orgs.) Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico. Uberlândia: Navegando, 2017.

LOUREIRO, Carlos. (org.) A questão ambiental no pensamento crítico. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LOWY, Michel. Ecologia e Socialismo. São Paulo: Cortez, 2003.

LOWY, Michel. Ecossocialismo e planejamento democrático. Crítica Marxista, n. 28, 2009, p. 35-50.

LUZZI, N. O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACEDO, Rogério Fernandes. A destruição em massa: a tragédia da fome e da degradação dos hábitos alimentares. In: In: NOVAES, H. T.; SANTOS, J.; PIRES, J. H. (Orgs.) Questão agrária, cooperação e agroecologia, vol. I. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

MACHADO, FILHO, Luiz P.; MACHADO FILHO, Luiz P. A Dialética da Agroecologia

ecologia – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

MAZALLA NETTO, Wilon. Agroecologia e Movimentos Sociais: entre o debate teórico e sua construção pelos agricultores camponeses. 280f. 2014. Tese. (Doutorado em Engenharia Agrícola), Universidade Estadual de Campinas.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, I. Atualidade histórica da ofensiva socialista – uma alternativa radical ao sistema parlamentar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MINTO, Lalo W. A Educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MOURA, Luiz H. Ciência e Agronegócio: controle capitalista da pesquisa agropecuária nacional. In: ALENTEJANO, P.; CALDART, R. (orgs.) MST: Universidade e Pesquisa. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NETTO, José Paulo. Prefácio. In: ZIEGLER, Jean. Destruição em massa – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da Barbárie. Rio de Janeiro, 2008.

NOVAES, Henrique Tahan. Reatando um fio interrompido – a relação universidade movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

NOVAES, H.; MAZIN, A.D.; SANTOS, Lais (orgs.) Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João; FUZER, Antônio. A economia política da "Revolução Verde", a Agroecologia e as Escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. Questão agrária, Cooperação e Agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2015, vol I.

NOVAES, Henrique Tahan. Prefácio. In: Cidadania do capital? A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

NOVAES, Henrique Tahan. Tempos de luta. Mimeo, 2016.

O VENENO ESTÁ NA MESA. Rio de Janeiro, Caliban, 2010 (Diretor Silvio Tendler).

O VENENO ESTÁ NA MESA II. Rio de Janeiro, Caliban, 2014 (Diretor Silvio Tendler).

PANITCH, Leo. Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI. Fortaleza, Tensões Mundiais, 2014.

PETERSEN, Paulo. Apresentação. Dossiê Abrasco. São Paulo: Expressão

Popular, 2013.

PINASSI, Maria O; MAFORT, K. Os agrotóxicos e a reprodução do capital na perspectiva feminista da Via Campesina. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

PINHEIRO, Sebastião. A máfia dos alimentos no Brasil. Porto Alegre: CREA, 2005.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. A dialética da agroecologia. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PISTRAK, Moisey M. Fundamentos da Escola do Trabalho. 4ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PLOEG, Jan. Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PRADO JR., Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2002.

PRIMAVESI, Ana. Agricultura sustentável. São Paulo: Nobel, 1986.

REGO, Thelmely Torres. Formação em agroecologia. Programa do Contestado da AS-PTA. 313f. Tese (Doutorado em Educação), UFSC, 2016.

RODRIGUES, Fabiana. MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980. Tese de Doutorado, Campinas, Faculdade de Educação, 2013.

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMPAIO JR., P. Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária. In: STEDILE, J. P. (org.) Debates sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 189-240.

SANTOS, L. Gestão democrática e participação na educação profissional agroecológica do MST (PR): limites e possibilidades de uma educação emancipatória. 150f. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação), UNESP, 2015.

SACHS, Ignacy. Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento. São Paulo: Vértice, 1987.

SEVÁ FILHO, A. Populações e Territórios espoliados pela ampliação recente da infraestrutura industrial capitalista: focos de luta política e ideológica na América do Sul. In: RODRIGUES, F.C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. (orgs.) Movimentos sociais, Trabalho Associado e Educação para além do capital. São Paulo: Expressão Popular, 2013, vol. 2.

SEVILLA GUZMAN, Eduardo; MOLINA, Manuel. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SHULGIN, Viktor. N. Rumo ao Politecnismo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TORRES, Michelangelo. Cidadania do capital? A estratégia da intervenção social das corporações empresariais. São Paulo: Sundermann, 2017.

VILLAÇA, Flavio. O que todo cidadão precisa saber sobre habitação. São Paulo: Ed. Global, 1986.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa – geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.